



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 09, pp. 58778-58782, September, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.25220.09.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

SISTEMAS BRASILEIROS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O SPAECE NO CENTRO DO DEBATE

Milena Soares Bezerra Alencar Araripe*, Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca, Ellen Cristine dos Santos Ribeiro, Karine Martins Sobral, Betânea Moreira de Moraes, Ana Paula Pinho Nóbrega and Midiã Alves da Silva Rodrigues

¹Mestranda em Educação (UFC); ²Doutora em Educação (UFC); ³Doutoranda em Educação (UECE); ⁴Doutora em Educação (UECE); ⁵Doutora em Educação (UFC); ⁶Mestranda em Artes (IFCE); ⁷Mestranda em Ensino e Formação Docente (IFCE);

ARTICLE INFO

Article History:

Received 17th July, 2022

Received in revised form

26th July, 2022

Accepted 28th August, 2022

Published online 23rd September, 2022

Key Words:

Avaliação Externa; SPAECE; Educação.

*Corresponding author:

Milena Soares Bezerra Alencar Araripe,

ABSTRACT

O objetivo primordial do artigo é investigar quais ações são projetadas diante dos resultados obtidos através das avaliações externas, com enfoque no SPAECE. Houve a intenção de perscrutar se/como o tratamento desses resultados se converte em metas de ação na rede municipal de ensino de Fortaleza, ou na implementação de políticas públicas. Para tanto, buscou-se descrever e analisar, de maneira histórica, a evolução dos processos de avaliação da educação no Brasil. A pertinência da pesquisa consiste na interpretação dos sistemas brasileiros de avaliação da educação, na tentativa de apreender suas três gerações de implementação, elencando seus impactos, contribuições, possibilidades e limites. Em consonância com a expectativa nacional, o estado do Ceará objetivou implementar modelos avaliativos que valoram a aprendizagem por meio de padrões de aprendizagem, a exemplo do SPAECE, na tentativa de elevar a qualidade da educação ofertada. O decurso da pesquisa busca fomentar eventuais pesquisas acerca da temática avaliativa no campo educacional em esfera nacional e seus possíveis desdobramentos, enfatizando o que reverbera nas políticas públicas no cenário cearense. Como recurso metodológico, recorreu-se à análise documental e bibliográfica.

Copyright © 2022, Milena Soares Bezerra Alencar Araripe et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Milena Soares Bezerra Alencar Araripe*, Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca, Ellen Cristine dos Santos Ribeiro, Karine Martins Sobral, Betânea Moreira de Moraes, Ana Paula Pinho Nóbrega and Midiã Alves da Silva Rodrigues, 2022. "Sistemas brasileiros de avaliação da educação: o spaece no centro do debate", *International Journal of Development Research*, 12, (09), 58778-58782.

INTRODUCTION

Diversas críticas recaem sobre a história da avaliação da educação no Brasil, dentre elas, os inúmeros desafios pontuados ao longo de sua consolidação e implementação. Sobre essa trajetória, Viana (1989) pontua que a avaliação educacional tem o objetivo central de formar e informar acerca da eficácia da aprendizagem através dos resultados obtidos. Contudo, existem margens objetivas e subjetivas para a análise de tais resultados, haja vista que os critérios e parâmetros recebem o tratamento dos avaliadores, ou seja, os resultados são produzidos a partir da relação entre indivíduos. Destaca-se, ademais, que ao longo de sete décadas, a concepção dos modelos de avaliação educacional procuraram atender aos diversos segmentos da sociedade, adaptando-os para as mudanças ocorridas ao longo desse tempo. Os resultados foram interpretados no intuito de estabelecer reflexões sobre as vantagens e desvantagens de cada modelo, bem como suas concepções e adequações ao incentivo de pesquisas científicas focadas em produzir conhecimentos necessários à edificação de processos mais eficientes, capazes de contribuir para a elevação dos resultados. O modelo almejado, parte do entendimento de que políticas públicas educacionais precisam ter como ponto de partida objetivos que contemplem a melhoria efetiva da qualidade da educação e, conseqüentemente, a transformação da realidade social.

O ato de avaliar, indubitavelmente, precede os processos formais documentais da atualidade, considerando que tais práticas já eram registradas nas pedagogias do século XVI e XVII (LUCKESI, 1996). Assim, as pesquisas sobre avaliação no Brasil começaram na década de 1930 e, a partir de então, observa-se duas interpretações: a primeira, sob a visão oficial e a segunda, sob a perspectiva crítica. No intervalo entre 1930 e 1970, os testes realizados serviam para aferir as habilidades e aptidões dos alunos, a fim de verificar a eficácia e a qualidade do ensino. A partir da década de 1980, entretanto, as avaliações passaram a evidenciar aspectos sociais, políticos e culturais, com objetivos mais qualitativos, tanto em larga escala quanto em sala de aula. Embora houvesse interesse, por parte do estado brasileiro, em desenvolver políticas públicas de avaliação educacional eficazes desde 1930, somente no início dos anos 1990 foi regulamentado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Em 1991 ocorreu a primeira aplicação de avaliação em larga escala no Brasil. O SAEB, definido como um grupo de aplicação de avaliação externa, foi implementado a fim de garantir a determinação da LDB¹ que delibera sobre o dever da União de assegurar o processo de avaliação do rendimento escolar em todo o território nacional.

¹Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96.

Tem como objetivo primordial realizar um possível diagnóstico do sistema de educação do Brasil e indicar fatores que podem intervir no desempenho dos alunos, provisionando indícios referentes ao nível da qualidade do ensino ofertado. Tais parâmetros servem como base para subvencionar, revisar e monitorar o sistema voltado às intervenções na área da educação dos municípios, estados e federação. A análise crítica de Vianna (2000) pondera se as avaliações externas realmente contribuem para efetivação e solidificação do aprendizado:

A avaliação, qualquer que seja o modelo apresentado, visa, sem sombra de dúvida, a uma tomada de decisão que envolve professores, administradores, pais e os próprios alunos, que, assim, precisam de elementos de informação relativos à eficiência dos sistemas, especialmente no que se relaciona com a aprendizagem (VIANNA, 2000, p.51).

O estado do Ceará não difere do cenário avaliativo nacional, desenvolvendo avaliações como o SPAECE, criado em 1992, que valoram a aprendizagem por meio de padrões de aprendizagem. O nível de desempenho, vale salientar, significa o resultado do desenvolvimento individual na área de conhecimento. A partir dos resultados, é possível mensurar o que foi convertido em aprendizagem. Mas quais as consequências reais do tratamento desses resultados? Nos últimos anos, o aumento do desempenho dos alunos da rede pública municipal de Fortaleza foi realmente significativo, principalmente os índices apontados pelo SPAECE-Alfa², que sonda o nível de desempenho individual dos alunos, através de questões elaboradas no intuito de aferir a capacidade de interpretação e compreensão leitora destes. Horta Neto (2013), entretanto, faz uma crítica enérgica ao fato de que a avaliação seja realizada através de uma única prova, o que superestima o processo, visto que não é de salutar importância “medir” o conhecimento do aluno em um dado momento específico. Nesse sentido, emerge um contexto que demanda fornecimento de dados para elaborar, reestruturar e monitorar políticas públicas voltadas à educação no Ceará, subsidiando a busca por melhorias no nível de qualidade do ensino. Diante dessa complexidade, ressalta-se a urgência de captar a malha de relações que sofrem influência do SPAECE nas práticas educativas dos professores. Assim, torna-se primordial compreender a que ponto os resultados influenciam nas ações do conjunto escolar.

O SPAECE é considerado como uma entrada para a rede de relações que constituem as ações do conjunto escolar, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem a partir dos resultados obtidos. No estudo ora apresentado, o recorte, diante de um tema tão amplo, foi analisar criticamente, no campo das avaliações educacionais externas, a pertinência da aplicação dos resultados obtidos via SPAECE e suas contribuições na projeção de ações para a melhoria efetiva dos níveis educacionais. Também houve esforço em desenvolver um estudo geral sobre a influência do SPAECE perante a implementação de políticas públicas voltadas à elevação da qualidade do ensino da educação pública. Conquanto o tema avaliação externa seja amplamente investigado, faz-se necessário analisá-lo para além de uma perspectiva quantitativa, considerando a importância de análises criteriosas que ultrapassem a mera obtenção de resultados. Diante disso, a pesquisa tem por finalidade investigar quais as ações projetadas diante dos resultados obtidos através das avaliações externas. Focaliza-se o SPAECE, referência na rede pública municipal de ensino de Fortaleza para a

² Dada a relevância e abrangência do SPAECE, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc) incorpora a ele, a partir de 2007, a avaliação da Alfabetização e do Ensino Médio. Passa, assim, a ter três eixos: Avaliação da Alfabetização (SPAECE-Alfa/2º ano); Avaliação do Ensino Fundamental (5º e 9º anos); Avaliação do Ensino Médio (3ª série). O SPAECE-Alfa, em específico, consiste em uma avaliação anual, externa e censitária, focada em identificar e analisar o nível de proficiência leitora dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede pública (estaduais e municipais), visando elaborar um indicador de qualidade sobre tais habilidades e possibilitando, também, estabelecer comparações com os resultados das avaliações realizadas pelos municípios e Governo Federal (Provinha Brasil).

construção de metas, exercendo influência também na implementação de políticas públicas. Inúmeras questões emergem desse objetivo, tornando-se fundamentais, a saber: 1) quais as prováveis implicações do processo de avaliação em larga escala? 2) no caso específico do SPAECE, como seus resultados influenciam o cotidiano escolar? 3) quais os impactos da análise dos resultados nas tomadas de decisões do conjunto escolar? Ademais, se faz oportuno compreender os efeitos do SPAECE na forma como os professores absorvem a lógica das avaliações externas, apreendendo o impacto desses resultados nas práticas educativas que encabeçam.

Os Sistemas brasileiros de avaliação: as três gerações da avaliação

básica: Tomando por base a premissa do ato de avaliar, identifica-se três gerações de avaliação em larga escala no Brasil. Cada estado, entretanto, apresenta especificidades na prática avaliativa, buscando, principalmente, associar a esses resultados a promoção da elevação da qualidade do ensino de acordo com suas demandas e realidades distintas. Segundo Bonamino e Sousa (2012), o sistema brasileiro de avaliação é classificado em três gerações. A primeira geração está inserida em um modelo avaliativo sem consequências diretas na implementação de políticas públicas, ou seja, sem responsabilização dos agentes envolvidos. Já a segunda e terceira gerações da avaliação, classificam-se entre os efeitos de responsabilidade e consequências aos agentes envolvidos. A grande diferença é o nível de responsabilização em relação aos resultados. Na segunda geração, é atribuída uma responsabilidade branda, considerada um apêndice simbólico. Na terceira geração, é atribuído um intenso nível de responsabilidade aos que fazem parte da comunidade escolar, como gestores e corpo docente. Luckesi (1996) questiona o que, de fato, pode colaborar para a qualidade do resultado do processo avaliativo diante do potencial das teorias pedagógicas atuais, já que estão suficientemente amadurecidas, habilitadas a contribuir com práticas educativas capazes de construir resultados significativos de aprendizagem. Atualmente, observa-se que:

Os instrumentos de avaliação nacional em curso na política educacional brasileira visam, especificamente, à realização de avaliações de diagnóstico – em larga escala, por meio de testes padronizados e questionários socioeconômicos – de qualidade de ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 265).

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) corroboram com a ideia, identificando que os autores reputam uma ligação intrínseca entre conhecimento, escola, nível social e política, interferindo na construção do fundamento básico do processo de ensino aprendizagem do sujeito. Apesar dos inegáveis avanços e contribuições que a avaliação educacional facultou ao movimento educacional brasileiro, ressalta-se a relevância de pesquisas dessa natureza, que partem do pressuposto de que as avaliações têm muito a nos dizer, dada a efetiva contribuição que agrega à melhoria da qualidade das ações pedagógicas. Nesse sentido, para os efeitos desse estudo, são entendidas como possibilidades de fortalecimento das políticas públicas submetidas ao olhar dos resultados, em um contexto reflexivo.

SAEB: primeira geração da avaliação educacional

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), presente no Estado brasileiro desde 1990, vem sendo reestruturado desde então. Em 2005, foi incorporado ao SAEB duas avaliações, antes nominadas Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), nacionalmente conhecida como Prova Brasil, e Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb). Em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), passou a compor o Sistema, sendo aplicada nas turmas de terceiros anos. Portanto, após essa integração, surge um novo SAEB. Salienta-se, entretanto, que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) influenciou de maneira determinante para efetivação da sistemática de aplicação dessas avaliações, garantindo que houvesse responsabilização da União, Estados e Municípios em prestar contas da qualidade do ensino ofertado. Conforme afirmam Bonamino e Sousa (2012), o fato de coexistirem avaliações em esfera nacional,

estadual e municipal, a responsabilização perde força, já que os critérios estabelecidos para subsidiar um diagnóstico mais preciso dos resultados e implementar ações a partir deles não recaem em nenhuma dessas esferas, ou seja, não são determinantes para um possível ajuste de políticas públicas eficazes e permanentes. Tendo em vista que tais políticas deveriam estruturar melhorias para o progresso da qualidade da educação, identifica-se, no entanto, que, muitas vezes, se estruturam como políticas de governo e não como políticas públicas.

Prova Brasil: segunda geração da avaliação educacional: Como bem definem Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), avaliar consiste em examinar o conhecimento. Faz parte de um projeto educativo, onde a partir da análise, pode-se traçar ações pertinentes às falhas observadas. No ato de avaliar, quem é o responsável pelos resultados? O crescimento contínuo da necessidade de vincular o resultado das avaliações a um responsável, como analisam Bonamino e Sousa (2012), associa gestão democrática e avaliação, ligando os resultados à atuação desses gestores, relacionando sua atuação ao comprometimento da gestão pública. Implementada em 2005, a Prova Brasil, aplicada de dois em dois anos, tem por objetivo primordial notificar os resultados da avaliação em relação à qualidade do ensino ofertado, ou seja, publicizar o que de fato é assimilado em relação ao processo de aprendizagem. Todavia, serve de parâmetro para que a gestão trace metas e ações diante dos resultados obtidos, a partir de uma política de compromisso que oportunize avanços na prática educacional. Agregou uma perspectiva diagnóstica à responsabilização (BONAMINO; SOUSA, 2012). A partir da Constituição Federal de 1988, que designa ser dever do governo assegurar educação pública gratuita e de qualidade, passa a ser de substancial importância usufruir de uma escola democrática, que esteja preparada para receber sua comunidade com políticas públicas voltadas para uma educação eficaz e capaz. Inclusive, uma das principais características da segunda geração da avaliação no Brasil foi enfatizar o processo de democratizar a escola, seguindo o que determina a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996):

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Porém, ainda que o processo democrático seja de fundamental importância, Franco, Alves e Bonamino (2007) destacam que as pesquisas apresentam baixa incidência de associação entre o papel do diretor e os resultados das avaliações, o que abre precedente para que esse cargo ainda aglutine interesses políticos, afastando-os do foco da competência técnica, necessária ao exercício da função e prevista na legislação.

SPAECE: terceira geração da avaliação educacional: O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE) foi criado em 1992. O desenrolar dos fatos suscitou a necessidade de fornecimento de dados para formular, reformular e monitorar as políticas públicas voltadas para educação, a fim de compreender a gama de fatores envolvidos e melhor subsidiar uma educação pública de qualidade na rede pública de ensino do estado do Ceará³. Assim, ano após ano, avaliações de desempenho vêm sendo aplicadas, além de enquetes relativas ao contexto educacional, mecanismos que oportunizam observar elementos determinantes na construção do cenário desejado. Observa-se que, nas últimas décadas, uma maior gerência nas políticas educacionais no estado do Ceará. Algumas mudanças podem se dar pela necessidade de relacionar o desempenho docente ao sistema educacional de forma produtiva e eficaz, característica central do SPAECE que o aloca na terceira geração da avaliação educacional, que tende à responsabilizar a gestão pelos

resultados. Some-se a isso a particularidade de fazer com que os docentes tomem consciência do efetivo trabalho escolar, prestando contas das ações que enfocam a melhoria da aprendizagem. Com a prática contínua de aplicação das avaliações externas, o governo, de posse dos resultados, assume o controle sobre a educação, podendo ser auxiliado na formulação e efetivação de políticas públicas efetivas, com foco na tão almejada excelência do serviço educacional oferecido.

Para Akkari (2011, p.12):

Um dos objetivos mais citados na avaliação das políticas educacionais é o de verificar a adequação entre os elementos de uma política educacional e as necessidades socioculturais encontradas. As avaliações fornecem informações sobre a eficácia dos investimentos em Educação e confirmam a dominação do conceito de rentabilidade nos sistemas educacionais.

Nesse contexto, partimos do pressuposto de que o SPAECE trata de um processo avaliativo qualitativo. Sendo qualitativo, o resultado esperado é saber em que nível o aprendizado do aluno encontra-se de forma individual e, a partir de então, tabular esse resultado a fim de aprimorar as ações pedagógicas, visando eficácia e aperfeiçoamento da prática docente no ambiente escolar. Classificado como uma abordagem qualitativa, pode-se afirmar que a prioridade do SPAECE não é apenas o resultado em si, mas o envolvimento de todo o cenário pedagógico, considerando aspectos sociais e culturais. É um diagnóstico da situação da conjuntura escolar na qual o aluno está inserido. Serve como um parâmetro para investigar e questionar a relação do ensino e do conhecimento. Lima (2015, p. 18) entende que:

[...] a própria escola como instituição precisa olhar para si, para suas fragilidades, seus potenciais e construir de forma coletiva e consciente os possíveis caminhos que pode trilhar em busca de ofertar uma educação que sirva, primeiramente, aos sujeitos que ali se encontram.

Assim como o SAEB, o SPAECE foi ampliando sua forma de atuar pois, de acordo com os resultados, há a possibilidade de analisar minuciosamente, de forma diagnóstica, falhas e dificuldades apresentadas, para que a gestão escolar possa elaborar um plano de ação. Diante dos resultados, a escola acessa, por meio de um sistema integrado e individualizado, o percentual de erros e acertos dos descritores de aprendizagem. Através da emissão do boletim de resultados, a Seduc-CE procura apresentar, de maneira clara e objetiva, matrizes e descritores exigidos na avaliação. Para que os resultados sejam analisados de maneira efetiva, é necessário que os protagonistas envolvidos no processo conheçam os elementos que fazem parte da avaliação. Esses elementos são: matrizes de referência, itens e escala de proficiência, metodologias, TRI (teoria de resposta ao item) e TCT (teoria clássica dos testes).

Uma Matriz de Referência é composta por um conjunto de descritores que explicitam dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo programático a ser avaliado em cada período de escolarização e o nível de operação mental necessário para a realização de determinadas tarefas. Tais descritores são selecionados para compor a matriz, considerando-se aquilo que pode ser avaliado por meio de um teste de múltipla escolha, cujos itens implicam a seleção de uma resposta em um conjunto dado de respostas possíveis (SPAECE, 2018).

A matriz de referência do SPAECE é o documento que norteia a elaboração dos testes padronizados. Tem por base os documentos norteadores do SAEB, além de ser um recorte das orientações curriculares do estado do Ceará. Entretanto, vale salientar que a avaliação externa objetiva aferir o conhecimento do aluno a partir da resolução dos descritores organizados em itens, que avaliam uma única habilidade. A escala de proficiência fornece esse parâmetro dos resultados de forma individualizada, possibilitando a análise de

³ Para informações mais detalhadas, ver: <http://www.space.caeduff.net/#sthash.hj3nDp2Q.dpuf>. Acesso em: 29/01/2022.

professores e gestores a fim de planejar suas ações. Já a TRI (teoria de resposta ao item), prioriza a reflexão acerca do assunto abordado, bem como a valoração do conhecimento, percepção das habilidades e memorização dos conteúdos. Diante do exposto sobre políticas públicas, pode-se perceber que, a partir de 2013⁴, houve uma sistematização das diretrizes das avaliações externas no município de Fortaleza. Ressalta-se, ademais, a contínua atenção dispensada aos gestores e docentes, no intuito de garantir a apropriação dos resultados obtidos sua conversão em metas e ações planejadas de forma eficaz. A partir dessas análises de desempenho, foi criado o Prêmio Escola com Excelência em Desempenho (PEMED), que reconhece e premia as escolas municipais com melhores resultados. Através da portaria nº 0327/2020, a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (SME), orienta que as premiações ocorram da seguinte forma:

Art. 2º - A premiação das unidades escolares que consiste no repasse dos recursos financeiros observará as seguintes condições:

I. Relativamente aos resultados da Alfabetização:

- a) Escolas Municipais com turmas de 2º ano que obtiverem os primeiros, segundos e terceiros lugares, de toda a Rede Pública Municipal de Ensino por terem atingido a proficiência de, no mínimo, 190 (cento e noventa) pontos e a partir de 85% (oitenta e cinco por cento) dos alunos alfabetizados no nível desejável no SPAECE -ALFA;
- b) Escolas Municipais com turmas de 2º ano que obtiverem os primeiros, segundos e terceiros lugares conforme a jurisdição de cada Distrito de Educação por terem atingido a proficiência de, no mínimo, 190 (cento e noventa) pontos e a partir de 85% (oitenta e cinco por cento) dos alunos alfabetizados no nível desejável no SPAECE - ALFA;
- c) Escolas Municipais com turmas de 2º ano que atingirem a proficiência de, no mínimo, 190 (cento e noventa) pontos e a partir de 85% (oitenta e cinco por cento) dos alunos alfabetizados no nível desejável no SPAECE - ALFA;
- d) Escolas Municipais com turmas de 2º ano que obtiverem 100% (cem por cento) dos alunos alfabetizados no nível desejável no SPAECE - ALFA.

Conforme divulgação da portaria, que estabelece os critérios da premiação, é possível perceber uma sistematização de ações e diálogos estabelecidos a partir dos resultados, já que o SPAECE Alfa exterioriza, através da escala de proficiência, uma maneira de atribuir nota ao agrupamento em questão. Os níveis de proficiência são denominados como:

Os Padrões de Desempenho são categorias definidas a partir de cortes numéricos que agrupam os níveis da Escala de Proficiência, com base nas metas educacionais estabelecidas pelo SPAECE ALFA. Esses cortes dão origem a cinco Padrões de Desempenho – Não Alfabetizado, Alfabetização Incompleta, Intermediário, Suficiente e Desejável –, os quais apresentam o perfil de desempenho dos alunos (SPAECE, 2018).

Os critérios estabelecidos para aferir a pontuação em relação ao processo de alfabetização seguem um padrão por nível de desempenho, conforme Anexo I. Diante dos padrões de desempenho, o professor consegue utilizar os resultados como agentes norteadores de suas práticas pedagógicas, seguindo a lógica defendida por Perrenoud (p.15, 1999): “o diagnóstico é inútil se não der lugar a uma ação apropriada”, ou seja, se não houver um planejamento efetivo em cima dos resultados obtidos, de nada adianta a aplicabilidade de determinada avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conjuntura cearense atual, há a prevalência de políticas públicas concernentes à avaliação educacional. Nos últimos 8 anos, conforme a análise e utilização dos resultados em torno do SPAECE Alfa, é

possível constatar o avanço no processo de alfabetização dos alunos oriundos da escola pública do município de Fortaleza. Como se sabe, o ponto de partida de tal avaliação externa, é fornecer subsídios para que a gestão possa constatar o que, de fato, funciona para alfabetizar os alunos na idade certa. Vale ressaltar que o processo formativo dos professores é assegurado, bem como a análise dos dados de todas as avaliações diagnósticas, a fim de que se possa averiguar e fecundar ações e metas com o propósito de efetivar e corroborar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, mediante tais informações. A gestão escolar possui fundamental papel nesse processo, que deve ser inculcido no dia a dia do contexto escolar, a prática avaliativa. Também deve voltar-se à utilização pedagógica dos resultados do SPAECE para, a partir das dificuldades apresentadas, buscar soluções junto ao corpo docente e a comunidade escolar, enxergando essa avaliação em larga escala como uma potencial aliada, visando o progresso e a melhoria na qualidade do ensino, assegurada por lei, de oferta de uma educação pública de qualidade e acessível. É fato que existem inúmeros desafios a serem enfrentados no caminho da consolidação da aprendizagem e, conseqüentemente, da sonhada excelência do ensino público. Diante desse contexto desafiador, Vianna (2005) ressalta o quão complexo e importante é a avaliação para a educação em um contexto geral, em que os dados devem ser analisados e levados em consideração para um efetivo planejamento docente, capaz de contribuir de forma eficaz com a consolidação dos processos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a pesquisa aponta para a necessidade/possibilidade de uso pedagógico dos resultados do SPAECE, a fim de subsidiar práticas educativas eficazes, como parte de um projeto mais amplo: uma escola mais justa, democrática, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- _____. SPAECE. Spaece Alfa. <https://spaece.caeduffj.net/wp-content/uploads/2014/11/SPAECE-RP-ALFA-2EF-WEB1.pdf>. Acesso em: 06 fev 2022.
- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, v. 38, p. 373-388, 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 25 jan 2022.
- FORTALEZA. Portaria 0327/2020 – SME. Fixa os valores por unidade escolar do Programa Escola com Excelência em Desempenho no âmbito da Secretaria Municipal da Educação e dá outras providências. <https://drive.google.com/file/d/1zLEZx6tBbdv6ZCWzFimwxAxGIKHOCPPY/view>
- FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação & Sociedade*, v. 28, p. 989-1014, 2007.
- HORTA NETO, João Luís. O aumento das notas não significa uma melhora na aprendizagem. *Nova Escola*, março de 2013. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/964/joao-hortaneto-o-aumento-das-notas-nao-significa-uma-melhorana-aprendizagem>. Acesso em: ????
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 10ª Ed., São Paulo: Cortez, 2012.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- SEDUC. SPAECE. Padrões de Desempenho. Disponível em: <https://spaece.caeduffj.net/o-sistema/matrix-de-referencia/>. Acesso em: 24 jan 2022.
- SHIROMA, O.; MORAES, M.; EVANGELISTA, O. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

⁴ Gestão do Prefeito Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra (2013-2020).

- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- VIANNA, Heraldo. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. Brasília: Liber Livro, 2005.
- VIANNA, Heraldo. Avaliação Educacional: teoria - planejamento - modelos. São Paulo: IBRASA, 2000.
